



**PROJETO DE LEI Nº 003 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.**

Autoriza contratação temporária de excepcional  
interesse público e dá outras providências.

**PROJETO DE LEI Nº 003 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.**



**Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.**

Eu, **JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI**, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei, com o seguinte teor:

**Art. 1.º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, pelo prazo de até 12 (doze) meses, nos termos da Lei Complementar nº 004 de 07 de abril de 2020, em razão de excepcional interesse público, servidor em quantidade, função e vencimento mensal a seguir discriminado:

Qtde	Função	Carga horária semanal	Vencimento Mensal
04 + 01 CR	Professor	20 horas	R\$ 2.428,00

**Art. 2.º** As atribuições do cargo e os requisitos para investidura são os constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 900 de 01 de julho de 2019.

**Art. 3.º** Aos contratados são assegurados os direitos previstos no art. 285 da Lei Complementar nº 008 de 04 de janeiro de 2022.

**Art. 4.º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Senhora Prefeita Municipal de São João do Polêsine/RS**, aos **sete** dias do mês de janeiro de 2026.

**Jaqueline Maria Schmitz Milanesi**  
**Prefeita Municipal**

**Justificativa ao Projeto de Lei nº 003 de 07 de janeiro de 2026:**



Senhora Presidente,  
Senhores(as) Vereadores(as).

É com elevada consideração e respeito que submeto à apreciação desta Ilustre Casa Legislativa, nos termos da Lei Orgânica do Município, para análise e votação, o presente Projeto de Lei que “Autoriza a contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências”.

A presente proposição tem por objetivo viabilizar a contratação emergencial de 03 (três) profissionais para o cargo de Professor, com ênfase na ampliação de vagas na Educação Infantil, especificamente na etapa Creche, visando garantir tanto a continuidade quanto a expansão do atendimento pedagógico nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

A ampliação do número de vagas na Creche constitui medida essencial para assegurar o direito de acesso à educação desde os primeiros anos de vida, promovendo o desenvolvimento integral das crianças, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes. Tal providência torna-se ainda mais necessária diante da crescente demanda por vagas nessa etapa da Educação Infantil, o que impõe à Administração Pública uma atuação célere, planejada e eficaz.

No que se refere ao Ensino Fundamental, a contratação de 01 (um) professor revela-se igualmente necessária para assegurar a continuidade das atividades pedagógicas, suprir demandas existentes e garantir o adequado acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, evitando sobrecarga do corpo docente e prejuízos ao cumprimento do calendário escolar.

Ressalta-se, ainda, o caráter de urgência da presente proposição, tendo em vista que o Calendário Escolar do ano letivo de 2026 prevê o início das aulas em 09 de fevereiro de 2026, sendo imprescindível que a Administração Municipal disponha, de forma antecipada, de servidores habilitados para atender os alunos desde o primeiro dia letivo. A ausência desses profissionais comprometeria o funcionamento regular das unidades escolares, o atendimento às crianças e estudantes, bem como o cumprimento das cargas horárias e dos objetivos pedagógicos estabelecidos.

Nesse contexto, a contratação emergencial proposta busca não apenas suprir a necessidade imediata de profissionais qualificados, mas também assegurar que crianças e estudantes tenham acesso a um atendimento educacional de qualidade, respeitando o planejamento pedagógico, a organização curricular e os princípios da equidade no acesso à educação pública.

Ressalta-se, por fim, que a contratação dos profissionais observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025, garantindo a legalidade, a transparência e a impessoalidade do processo.



Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Edis, confiante na compreensão e no apoio para a sua aprovação, por se tratar de medida necessária e urgente, que visa assegurar a continuidade e a ampliação do direito à educação no âmbito do Município, em especial diante do início do ano letivo de 2026.

Respeitosamente,

**Jaqueline Maria Schmitz Milanesi**  
**Prefeita Municipal**